

Trabalho e educação no ensino médio^{*}

Jarbas Novelino Barato

Hoje é lugar comum dizer que o mundo do trabalho exige uma mão-de-obra cada vez mais educada. Há muitas explicações para essa exigência. Eis aqui algumas delas:

- ritmo cada vez mais acelerado de mudanças nos modos de produzir,
- incorporação crescente de novas tecnologias por empresas de todos os setores produtivos,
- exigência de capacidades de um aprender autônomo para mudar de função ou emprego rapidamente.

Tudo isso parece indicar que o trabalho está ficando cada vez mais rico em conteúdos e exigindo mais tempo de preparação.

Outra idéia muito comum em nossos dias é a de que a educação precisa adaptar-se às demandas do mercado de trabalho. Políticos, jornalistas, educadores e outros formadores de opinião, que criticam nossas escolas, costumam apontar a falta de vinculação entre educação e mercado como uma das causas do fracasso do ensino que é oferecido aos jovens.

Até que ponto a escola é culpada pelos alegados problemas de má formação dos trabalhadores. Até que ponto o ensino médio precisa mudar para fazer frente às demandas produtivas? Essas são questões importantes. Mas, as respostas não precisam caminhar necessariamente na direção das críticas atrás mencionadas. Talvez algumas tendências que observamos nas conversas do dia-a-dia e em notícias de jornal não sejam verdades tranquilas. Convém, portanto, pensar um pouco sobre tendências no mundo do trabalho e o papel da escola (principalmente no nível de ensino médio). Este material pretende sugerir alguns elementos para tal reflexão dos educadores.

Assentar azulejos

Vamos começar com um caso. Por volta dos anos cinqüenta e sessenta do século passado, a gente podia ver, em construções, grandes tambores cheios de azulejos mergulhados em água. Hoje os tais tambores desapareceram dos canteiros de obras. Que aconteceu? Por causa da massa utilizada (um composto de areia, cal e cimento), azulejos secos não se fixavam. Era preciso que as peças de azulejo estivessem suficientemente úmidas para

^{*} BARATO, Jarbas Novelino. Trabalho e educação no ensino médio. São Paulo: SEE: Fundação Vanzolini, 2004.

ficarem bem fixadas. Os velhos pedreiros dominavam, no caso, uma arte delicada para garantir que os azulejos não caíssem da parede assim que assentados. Outra curiosidade: para obter frações adequadas de azulejos, os pedreiros utilizavam régua, lápis grosso (“lápis de marceneiro”) e vídia (um instrumento de corte com um pequeno diamante industrial na ponta). Os cortes de azulejo, segundo depoimento de um profissional daqueles tempos, eram muito difíceis. Tudo isso é coisa do passado. Hoje os azulejos saem diretamente da caixa para as paredes, sem qualquer necessidade de dormirem em tambores com água, uma vez que a massa industrialmente preparada solucionou o problema de fixação que dava tanta dor de cabeça para os pedreiros; e o corte desses materiais de construção é operado com facilidade por meio de uma máquina muito eficiente.

No caso narrado no parágrafo anterior, fica evidente que o trabalho de assentar azulejos tornou-se bastante mais simples graças à introdução de um novo material (uma massa especialmente fabricada para o trabalho em tela) e pelo uso de uma máquina que dispensou o uso de habilidades manuais para operar régua, lápis e vídia no corte de azulejos. Massa especial e máquina de cortar azulejos são tecnologias que facilitaram o trabalho, além de torná-lo mais eficiente. Mas não é só isso. É fácil perceber que, no caso, o trabalho perdeu conteúdo. E perda de conteúdo significa menos necessidade de aprendizagem (hoje é possível formar um assentador de azulejos em muito menos tempo que na época da massa produzida artesanalmente com cimento, areia e cal). Há ainda uma mudança que precisa ser considerada: as embalagens de massas industrialmente produzidas podem vir acompanhadas por instruções escritas de “como utilizar”. Tal circunstância exige dos pedreiros uma nova habilidade, a de ler e interpretar textos. Mas, no balanço final, o trabalho ficou mais simples e menos especializado.

Vale aqui a introdução de dois conceitos muito comuns na sociologia do trabalho por volta de 1970: “trabalho vivo” e “trabalho morto”. O primeiro conceito, trabalho vivo, dizia respeito a modos de fazer que dependem integralmente do saber dos trabalhadores. O segundo, trabalho morto, referia-se a máquinas, materiais e sistemas que substituem o saber dos trabalhadores. No exemplo examinado, lidar com a massa de cal, cimento e areia era trabalho vivo; a massa industrial (um material que exige pouca ou nenhuma perícia do pedreiro) é trabalho morto (o velho saber foi substituído por uma solução cujo domínio é exclusivo das empresas que possuem propriedade industrial do novo material).

Nesta altura cabe uma sugestão: procurem encontrar no mundo do trabalho um ou mais exemplos de situações que sofreram mudanças significativas nos últimos cinquenta anos. Identifiquem em cada uma das técnicas que os trabalhadores deviam dominar para poderem exercer seus ofícios. Identifiquem os novos meios de fazer o que ontem era trabalho vivo. Pensem um pouco no conhecimento que se perdeu. Avaliem se os novos meios de fazer exigem alguma competência que pode ou deve ser desenvolvida nas escolas. Um bom meio de fazer isso é o de examinar áreas de trabalho predominantes na região (calçados em Franca, tecidos em Americana, olarias em Porto Ferreira, agroindústria em diversas partes do Estado de São Paulo, etc.) ou de profissões exercidas por algum membro mais velho da família.

Voltemos ao caso dos azulejos. O velho profissional consultado sobre as mudanças acontecidas informou que “antigamente era muito difícil cortar azulejos”. A técnica

utilizada dependia de habilidades manuais, de força e de precisão. Perdiam-se muitas peças. O trabalho chegava a ser penoso. O corte com máquina é bastante simples. Não requer força. A precisão é garantida pelo esquadro de metal que fixa cada peça na bancada antes do corte. A perda de material é mínima. Tudo isso mostra que técnica e ciência aplicadas ao trabalho criam mudanças significativas para os trabalhadores, umas boas outras más. Esse é um balanço que devemos fazer para não vermos a mudança apenas sob um único prisma. Mudanças e simplificações nos modos de produzir, embora possam empobrecer o conteúdo do trabalho, podem tornar a vida mais agradável e menos penosa. Como observa Postman (1992) tecnologia traz impactos negativos, mas traz também novidades positivas. É preciso fazer um balanço crítico de tal movimento. No caso do trabalho, é bom que os jovens façam tal balanço, examinando rumos que a atividade produtiva vem tomando em nosso tempo.

Trabalho e estudo

Numa análise sobre a situação do trabalho na Europa, o sociólogo espanhol Alberto Moncada (1977) observava que apenas uns dez por cento das ocupações eram atividades psicologicamente compensadoras. Ou seja, para cada dez possibilidades de ganhar a vida, apenas uma era um fazer recompensado por sentimentos de satisfação pessoal. Nove em dez possibilidades de trabalhar eram fazeres muito simples, repetitivos, pouco desafiadores do ponto de vista intelectual. De 1977 para cá, a situação não deve ter mudado muito. Podemos examinar a questão a partir, por exemplo, de um fenômeno que cresceu espetacularmente nos últimos anos: serviços de fast food. Se as compararmos com o trabalho que era feito em restaurantes tradicionais, o que aconteceu com as ocupações requeridas pelos serviços de alimentação cuja principal característica é a rapidez? Podemos dizer, sem medo de errar, que o novo trabalho nessa área ficou muito mais simples. Basta comparar os fazeres de um garçom com os de um atendente de lanchonete, ou os de um de cozinheiro com os de um chapeiro (ou montador de sanduíches). A tendência, na maior parte das ocupações, é a de menos complexidade, menos competência, menos conhecimento. Ou seja, para a maioria dos trabalhadores, a educação profissional ficou muito menos exigente. Essas considerações parecem contraditórias. Há um sentimento generalizado de que o trabalho requer mais e mais anos de escola. Há casos em que se pede “segundo grau completo” para garis, contínuos, seguranças, atendentes de lanchonete etc. Tal pedido parece ser um indicador de que o trabalho da nova era requer mais conhecimentos. O que poucas vezes se comenta em tais casos é o uso da escolaridade como um critério de seleção para diminuir o número de candidatos às poucas vagas disponíveis. A relação trabalho/educação não se resume à questão da aprendizagem de competências requeridas pelo mercado de trabalho. Este último usa a escolaridade de acordo com suas conveniências. Em épocas de muito desemprego, as empresas aumentam as exigências de ingresso de novos trabalhadores. Há muitas organizações exigindo escolaridade de mais de oito anos para o cargo de faxineiro. Será que é preciso tantos anos de estudo para exercer tal ocupação? Parece que não, mas a excessiva oferta de mão-de-obra permite que o fator escolaridade seja utilizado como um critério prévio de seleção. É claro que se o panorama fosse outro, as empresas saberiam como contratar e desenvolver faxineiros com pouca ou nenhuma escolaridade. De acordo com análises clássicas da relação trabalho/escola (ver

Salm,1980; Braverman,1977; Gorz, 1978), o capital usa a escolaridade de acordo com suas necessidades.

A contradição entre simplificação do trabalho e exigência maior de escolaridade pode ser vista também em situações que envolvem prestígio e valorização social das profissões. Um outro caso ilustra bem esse movimento. Por volta de 1978 o Senac de São Paulo criou, a pedido da Associação dos Pedicuros Calistas, um curso de qualificação profissional para formar pedicuros. O curso criado na ocasião tinha cerca de quatrocentas horas e podia ser feito em um semestre de estudos. Os candidatos deviam ter escolaridade correspondente à sexta série do ensino fundamental. Muitos profissionais ativos no mercado de serviços de podologia nos dias atuais foram formados no citado curso. Mas, na metade dos anos oitenta a Associação começou a pressionar o Senac para que este convertesse o curso de pedicuro calista num curso técnico de podologia. Os argumentos apresentados eram os de que a profissão estava ficando cada vez mais complexa. Por isso seria necessário dedicar mais tempo à formação do profissional. Hoje a formação do antigo pedicuro-calista acontece em cursos técnicos com duração de três semestres para candidatos que já tenham concluído o ensino médio. É bastante provável que a formação do podólogo passe a ser de nível superior na próxima década.

Não cabe aqui examinar em detalhes as complexas relações entre escolarização e trabalho. É possível, porém, indicar alguns aspectos que merecem consideração. Voltemos ao caso dos pedicuros calistas/podólogos. Uma escolarização no nível de sexta série do ensino fundamental acompanhada por um curso de qualificação profissional de um semestre era suficiente para formar o profissional em questão no final dos anos setenta. Em muito pouco tempo, os representantes da categoria profissional em questão começaram a dizer que a formação existente devia ser ampliada para fazer frente aos avanços da ciência e das novas tecnologias. Cabe reparar que a maioria dos pedicuros calistas, devidamente autorizados pela Secretaria de Saúde a exercerem o seu ofício, era formada por pessoas que tinham quando muito o ensino elementar completo. Mas todos insistiram na necessidade de elevar as exigências de escolaridade para a formação de novos profissionais. Era possível, em conversas informais com os interessados, colher muitas declarações como: “esses meninos que estão entrando agora no ramo precisam passar mais tempo na escola, antes de receberem um certificado que lhes permita exercer a profissão”. Declarações como essa revelavam que, mais que exigências vinculadas a conteúdos, a reivindicação da categoria era um modo de controlar o mercado de trabalho. Ou seja, o que os velhos profissionais queriam era dificultar a entrada de novos profissionais na praça. Usar o fator escolaridade nessa direção é um mecanismo muito comum.

Convém fazer aqui uma pausa. Pensem um pouco sobre situações que vocês conhecem em termos de profissões que, nos últimos vinte ou trinta anos tiveram seus requisitos de escolaridade aumentados. A exigência de mais estudo decorreu de aumento da complexidade no trabalho? Ou a categoria profissional utilizou a escola como uma barreira para reter por mais tempo novos profissionais fora do mercado?

Graus de ensino e trabalho

Que educação é necessária ou suficiente para os trabalhadores? Será que há uma resposta clara e objetiva para esta questão? Em vez de dar uma resposta imediata para a pergunta, vamos considerar mais um caso. Até os meados de 1960 não existia qualquer curso de formação profissional para preparar pessoas para o trabalho em hotéis e restaurantes. Por volta de 1960 apareceram no país os primeiros hotéis-escola. Tais instituições de ensino propuseram-se a formar garçons, cozinheiros e recepcionistas. Abriam inscrições para os cursos e tiveram uma surpresa: o número de interessados era muito menor do que as poucas vagas oferecidas. Foi preciso criar uma estratégia de recrutamento que garantisse um número razoável de alunos. Mas os responsáveis pela nova oportunidade de formação sabiam que era perda de tempo procurar alunos entre concluintes de escolas de ensino fundamental ou médio. Para resolver o problema foram procurar alunos nas periferias urbanas e na FEBEM, argumentado que a oportunidade de formação profissional oferecida seria uma boa saída para jovens que andavam á beira da criminalidade. Durante mais de uma década, esse foi o caminho para garantir ingresso suficiente de alunos em cursos de formação de mão-de-obra para hotéis e restaurantes. Dada a origem dos alunos, resolveu-se exigir uma escolaridade bastante baixa para ingresso nos cursos. Para alunos do curso de garçom exigia-se 5ª série do primeiro grau ou estudos equivalentes. Para o curso de cozinheiro, a exigência ficava na casa da 3ª série do primário. Mas, uma vez que o recrutamento era difícil, tais exigências de escolaridade não eram utilizadas com muito rigor. Era comum encontrar no curso de formação de cozinheiros muitos analfabetos.

No começo dos anos oitenta, a situação começou a mudar. Jovens de classe média baixa (e mesmo jovens de classes mais elevadas) começaram a se interessar por cursos básicos no campo da hotelaria. Além disso, surgiram diversos cursos médios e superiores para preparar profissionais para o trabalho em hotéis e restaurantes. Desde então, houve uma elevação sensível da escolaridade de toda a mão-de-obra no setor. O que aconteceu? Maiores exigências de escolaridade coincidiram com a inauguração de um grande número de hotéis de quatro e cinco estrelas nas capitais e em algumas cidades do Interior. Os novos hotéis abriram muitas oportunidades de trabalho para médias chefias em cargos como os de gerente de comidas e bebidas ou gerente de hospedagem. Houve, no caso, mudanças consideráveis no campo da administração dos meios de hospedagem. Os jovens de classe média, capacitados em cursos técnicos ou superiores passaram a ter preferência nos processos de seleção de pessoal dos hotéis. Mas as mudanças não ficaram apenas no plano administrativo. Os hotéis de quatro ou cinco estrelas começaram a procurar garçons e cozinheiros com escolaridade mais elevada que a da média dessas categorias. Cabe perguntar se tudo isso ocorreu por causa de uma maior complexidade do trabalho em hotéis de luxo. Parece que a resposta é não para as velhas profissões de garçom e cozinheiro. Para o caso das profissões de nível gerencial a pergunta talvez não seja adequada. Nesse caso o que parece ter acontecido foi o surgimento de “novas profissões”.

É preciso registrar que o fenômeno de elevação da escolaridade e de requisitos de formação profissional no ramo hoteleiro teve poucos reflexos em hotéis de três, duas e uma estrelas. E essas categorias de meios de hospedagem são maioria no ramo.

O caso da formação profissional dos trabalhadores do setor hoteleiro abre portas para diversas reflexões. Vamos listá-las aqui de modo resumido:

Desvinculação entre profissões e estudo. A história inicial dos hotéis-escola mostra grande desinteresse por formação em profissões revestidas por algum valor social. Assim, mesmo que bastante ricas em termos de conteúdos ocupacionais, muitas profissionais são vistas como “impróprias” para pessoas de classe social mais elevada.

Aumento de exigências de escolarização para profissões socialmente mais valorizadas. No ramo hoteleiro, um aumento espetacular de escolarização dos profissionais aconteceu na medida em que trabalhar em hotéis de quatro e cinco estrelas tornou-se algo “desejável”.

Permanência dos velhos padrões em empresas menores ou menos sofisticadas. Apesar da valorização crescente das ocupações hoteleiras como destino profissional, hotéis mais simples não estão buscando mão-de-obra mais escolarizada.

Profissões “burocráticas” são mais escolarizadas. No caso do setor hoteleiro, as novas gerências intermediárias, caracterizadas por um trabalho baseado em fluxos de informação, formulários, controles, e outras demandas “letradas” justificaram o surgimento de um número expressivo de cursos técnicos e superiores.

Os pontos atrás listados não esgotam as possibilidades de análise sugeridas pelas mudanças ocorridas na formação sistemática de trabalhadores para o setor hoteleiro. Mas é bom reiterar que o fenômeno mostra que a relação escola/trabalho não se reduz à questão dos conteúdos ocupacionais. A profissão de cozinheiro, por exemplo, é muito rica em conteúdos. Mas apenas recentemente a formação sistemática (escolar) no ramo ganhou prestígio (nesta década assistimos a um aumento crescente da oferta de cursos superiores de gastronomia). O caso das profissões hoteleiras, assim como o de outros casos aqui relatados, mostra que as articulações entre escola e trabalho são bastante complexas. Por isso, a formação para o trabalho em nível médio e superior não se deve apenas a necessidades de mais estudo requeridas pelo conteúdo do trabalho.

Congruência entre educação e trabalho

As questões até aqui examinadas mostram relações bastante contraditórias entre mercado de trabalho e educação. Há, de um lado, um aumento crescente da escolarização da população. Há, de outro lado, um esvaziamento significativo do conteúdo da maioria das ocupações. Se pensássemos exclusivamente no conteúdo do trabalho poderíamos dizer que os trabalhadores de nossos dias precisam saber muito menos que os trabalhadores de cem ou cinquenta anos atrás. Essa constatação contraria a idéia (predominante) de que é possível uma estrita congruência entre escola e sistema produtivo. Mas, impossibilidade de congruência educação/trabalho não significa ausência de inter-relação entre estrutura

educacional e estrutura produtiva. Não significa também que o trabalho não faça (ou não possa fazer) uso dos resultados da educação. Não elimina a necessidade de planejamento educacional que considere situação e tendência das atividades produtivas.

Cabem aqui mais algumas perguntas. Numa perspectiva dominada pela idéia da congruência predomina a crença de que as escolas precisam mudar estrutura, recursos, equipamentos, currículos em função das demandas e necessidades do mercado. Esse modo de pensar vê a educação como atividade subordinada a interesses econômicos. É preciso indagar, porém, se a escola não pode ter um papel mais ativo em suas inter-relações com o trabalho. Outra indagação importante: como fica a situação pessoal de gente que passou vários anos na escola e que encontra apenas ocupações muito simples como modo de ganhar a vida? Em alguns casos (serviços bancários, por exemplo) cresce a convicção de que esse trabalho muito menos exigente que a capacitação dos trabalhadores é apenas uma situação provisória. Mas as possibilidades concretas de trabalho acabam mostrando que vai ficando cada vez mais comum presença de pessoas com diplomas superiores em ocupações como as de frentista de posto de gasolina, de vendedor, auxiliar de escritório etc. Essas são questões debatidas e entendidas pelos estudantes de cursos médios e superiores?

Ciência e trabalho

Até aqui examinamos a questão mostrando que o aumento crescente dos anos de escolaridade da população parece não se casar de modo muito harmonioso com a também crescente simplificação técnica do trabalho para a grande maioria dos profissionais. Esse modo de ver a relação trabalho/educação é, porém, uma face da moeda. Mudanças no panorama educacional podem ter impactos significativos no trabalho. A principal delas, certamente, está relacionada com o ensino das ciências.

O uso de conhecimentos científicos muda profundamente modos de produzir e, por conseqüência, modos de trabalhar. Um exemplo clássico disso aconteceu na indústria química depois do investimento do governo alemão em laboratórios e pesquisas em suas universidades no século XIX (Noble, 1979). Velhas práticas de tintura e curtimento, por exemplo, foram desvendadas pela ciência. A partir desse desvendamento foi possível inventar produtos artificiais, abreviar tempos de produção, aumentar controle sobre processos etc. A relação ciência/trabalho depende em muitos sentidos de educação sistemática nos níveis médios e superiores. Para incentivar um diálogo reflexivo sobre o assunto convém examinar mais um caso ilustrativo.

Nos anos oitenta do século passado, a OMS (Organização Mundial de saúde) coordenou um amplo programa de capacitação de atendentes de postos de saúde na América Latina. Coordenadores do projeto no Brasil observaram uma situação muito interessante. Os profissionais dos postos de saúde aprenderam bem os processos de esterilização de materiais. Depois do treinamento, sabiam justificar medidas de esterilização e usar os equipamentos necessários. Notou-se, porém, que algumas semanas após o período de formação, os atendentes dos postos de saúde abandonavam as práticas aprendidas. Estudos

sobre o fenômeno revelaram que as pessoas equiparavam limpeza à esterilização. Por isso julgavam ser desnecessário esterilizar materiais já limpos. Como explicar essa regressão aos velhos padrões de entendimento?

Howard Gardner (2000) observa que um dos grandes desafios educacionais é o de mudar maneiras de pensar sobre o mundo. Segundo ele as pessoas chegam às escolas com a cabeça já feita a respeito de muitas coisas (física, história, química etc.). E não é fácil mudar cabeças feitas. Em física, biologia, história e outras ciências os alunos aprendem o conteúdo e obtêm notas necessárias em provas e testes. Mas continuam a ver o mundo de acordo com os velhos padrões. Na verdade, não aprenderam determinados princípios científicos. A situação coloca um desafio e tanto para os educadores.

Não há espaço aqui para uma discussão sobre o ensino e aprendizagem de ciência nas escolas (sobretudo no ensino médio). Mas é importante notar que o ensino de ciência pode ter desdobramentos significativos nas relações entre educação e trabalho. Em situações de reestruturação da produção, a partir de determinadas visões de ciência, é fundamental que os trabalhadores dominem os princípios científicos implicados. Além disso, formação científica sólida pode ser um instrumento poderoso para introduzir mudanças planejadas e intencionais na produção, e no trabalho.

Façamos mais uma pausa para reflexão. Alunos e professores percebem a importância do saber científico em termos possíveis desdobramentos no trabalho? Professores e outros educadores percebem a permanência de velhos padrões apesar da educação científica recebida por alunos no ensino médio? Até que ponto as relações entre ciência e trabalho são consideradas em planos de ensino?

Habilidades básicas

Em alguns dos itens anteriores, vimos certos aspectos da educação geral que são importantes para muitos trabalhos. Profissões burocráticas (serviços de escritório, administração, controle etc.), por exemplo, exigem muitas habilidades que nada mais são que uma certa formação “literária” que caracteriza os currículos escolares desde o surgimento da imprensa. Saber ler e escrever (em níveis de exigência que incluem a produção de textos relativamente corretos, claros e comunicativos, assim como capacidades de interpretar com autonomia instruções, manuais e outras fontes de informação textual) é condição para o exercício de quase todas as profissões. Esse saber ler e escrever é uma das habilidades básicas comuns a quase todas as profissões. É bom reparar que essa formação literária não se reduz a domínios elementares da comunicação escrita. Ela se confunde com as capacidades comunicativas que deveriam ser desenvolvidas pelo ensino médio.

Façamos uma pequena pausa para reflexão. O ensino médio está conseguindo obter bons resultados de “formação literária” no sentido aqui indicado.

Trabalhadores estudantes

Muitos alunos do ensino médio já são trabalhadores. Eles vivem a necessidade e a esperança de que mais estudo pode mudar de algum modo o seu destino profissional. Possivelmente, a ocupação que exercem enquanto estudam é vista como uma situação provisória. Esperam que o estudo lhes traga mais oportunidade de promoção ou mudança significativa em termos de profissionais. Não há garantias de que a mudança na direção desejada vá ocorrer uma vez que eles tenham conquistado um ou mais diplomas. Novas oportunidades de trabalho (sobretudo de ocupações mais compensadoras em termos financeiros e de realização pessoal) não crescem no mesmo ritmo que o aumento de alunos em cursos de ensino médio. A questão não é nova. Já nos idos de 1974, o professor João Edênio Valle, numa comunicação a seus alunos de mestrado na PUC de São Paulo, mostrava que diplomados que não conseguiam a desejada progressão profissional congruente com suas formações sentiam-se injustiçados ou vítimas de má sorte. Essa é uma questão que deveria merecer bastante cuidado em termos de orientação vocacional e/ou profissional.

A existência de um grande número de trabalhadores estudantes no ensino médio merece uma outra reflexão. Estudos recentes sobre capacitação profissional (cf. Lave & Wenger, 1998; Wenger, 1999; Wenger, McDermott & Snyder, 2002) indicam que nos ambientes de trabalho o aprender é sempre um compartilhar do conhecimento socialmente distribuído. A aprendizagem no trabalho percorre caminhos muito diferentes dos modos de aprender, sugeridos pelo ensino escolar. Parece que as escolas ganhariam muito se conseguissem, a partir das experiências de seus alunos trabalhadores, utilizar estratégias de aprendizagem cooperativa que caracterizam a construção do conhecimento em situações de trabalho. Esse é um grande desafio, uma vez que a tradição escolar está marcada por um entendimento do aprender como uma tarefa individual.

A presença de muitos trabalhadores estudantes em cursos de ensino médio pode ensejar algumas reflexões sobre a relação trabalho e escola. Mas ela não é fácil e óbvia. Muitos estudantes talvez não queiram refletir sobre suas ocupações vistas como situação provisória. Estudos recentes sobre aprendizagem cooperativa no trabalho não viajam automaticamente das pesquisas para as conversas em sala de aula, exigem muito estudo por parte dos educadores. Estamos, portanto, não apenas de uma grande oportunidade de reflexão, estamos diante de um grande desafio para criar caminhos capazes de articular produtivamente experiência de aprendizagem no trabalho com um aprender mais significativo nas escolas.

Ensino médio e formação do trabalhador

Não é muito comum refletir sobre o ensino médio a partir da categoria trabalho. Esse nível de ensino é visto quase sempre como uma fase de preparação para ingresso nos cursos superiores. Mas, como vimos nos itens anteriores, as relações de educação e trabalho muito têm a ver com os usos da escolaridade e natureza daquilo que se aprende em nossas escolas de ensino médio. Os caminhos de reflexão propostos não esgotam o assunto e apenas

sugerem algumas das questões que vale a pena considerar. Para encerrar nossa conversa, vamos rememorar as linhas de reflexão aqui propostas:

- **Escola e trabalho revelam articulações complexas que, nem sempre, dependem de conteúdos, mas de usos que as empresas fazem da escolaridade da força de trabalho. Nesse sentido, níveis de ensino podem ser usados em processos de seleção, na reserva de mercado para determinados segmentos, em mecanismos de promoção etc.**

- **A incorporação do trabalho a currículos escolares depende de valores sociais que são atribuídos a determinadas profissões. Pessoas escolarizadas muitas vezes fogem de determinadas ocupações por que estas últimas não garantem status desejável. É interessante notar algumas profissões pouco valorizadas em determinado período são, muitas vezes, ricas em conteúdos, exigindo um longo período de formação (este é o caso, por exemplo, da profissão de cozinheiro).**

- **A possibilidade de congruência entre trabalho e educação escolar é um equívoco. A escola guarda relativa independência frente à estrutura produtiva. Mas ausência de congruência não significa inexistência de inter-relações. Trabalho e educação sistemática interpenetram-se em relações que refletem as contradições das produções concretas da história humana.**

- **A formação literária vem sendo, cada vez mais, incorporada a todas as profissões. Em ocupações burocráticas, a formação literária é uma habilidade básica fundamental para o domínio dos conteúdos ocupacionais ou até mesmo com eles se confunde. Em outras profissões, a educação literária é mais uma conveniência pois o texto é importante fonte de comunicação para facilitar o uso de novas tecnologias.**

- **A utilização de princípios científicos nos modos de produzir coloca um desafio especial para a educação. As ciências implicam em modos de ver o mundo que contrariam muitas vezes o senso comum e/ou os modelos mentais construídos pelos alunos antes de sua escolarização. Apesar do ensino e do relativo sucesso obtido pelos aprendizes em testes e provas, as velhas visões de mundo persistem. Isso pode ser um sério estorvo para a adoção conseqüente de princípios científicos no trabalho. Esse talvez seja um dos mais importantes pontos da relação trabalho/escola quando se reflete sobre o ensino médio.**

É claro que a escola de ensino médio deve estar atenta para o mercado de trabalho. Mas nosso olhar do problema não pode reduzir-se a uma discussão sobre inclusão/exclusão de conteúdos curriculares tendo em vista demandas do mercado. Independentemente da vontade dos educadores, o mercado usa a escolaridade de acordo com suas conveniências. Por outro lado, o trabalho é uma dimensão essencial da vida; os educadores não podem ignorar seu movimento se quiserem oferecer uma educação que atenda necessidades vitais dos alunos. Tudo isso coloca para os educadores o desafio de refletir de modo crítico sobre o problema. Mas não basta refletir. É preciso buscar respostas concretas para, entre outras, as seguintes perguntas:

Como orientar os alunos para que estes percebam o uso do fator escolaridade nos processos de seleção nas empresas?

Em que medida os resultados de aprendizagem obtidos correspondem a uma educação literária e científica que garanta rápida adaptação dos egressos a um número expressivo de profissões cujo conteúdo supõe tais saberes?

É preciso que os alunos entendam o esvaziamento do conteúdo do trabalho em muitas áreas? Se a resposta for sim, que práticas são aconselháveis?

O saber escolar pode funcionar como fator de mudança na organização e (re) estruturação do trabalho? Se sim, como garantir capacitação dos alunos para que estes tenham um papel ativo em eventos de transformação do trabalho?

Estamos integrando a experiência de trabalhadores estudantes em nossas atividades educacionais?

Referências

Barato, J. N. (2004). Educação profissional: Saberes do ócio ou saberes do trabalho. São Paulo: Editora Senac São Paulo.

Barato, J. N. (1981). Educação e trabalho. Boletim Técnico de Documentação & Informação Técnica, nº 492, de 02.04.81. Senac São Paulo.

Braverman, H. (1977). Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Cunha, L. (1977). Política educacional no Brasil: A profissionalização no ensino médio. Rio de Janeiro: Eldorado.

Durand, C. (1978). Le travail enchaîné; Organization du travail et domination sociale. Paris: Éditions du Seuil.

Gardner, H. (2000). The disciplined mind. New York: Penguin Books.

Gorz, A. (1978). Para una crítica de las fuerzas productivas. El Cábaro, 13 e 14, Madrid,

Lave, J. & Wenger, E. (1998). *Situated learning: Legitimate peripheral participation*. Cambridge: Cambridge University Press.

Moncada, A. (1977). *Educación y empleo: Análisis de la educación postsecundaria*. Barcelona: Fontanella.

Newsweek. (1982). *Jobs: Putting America back to work*. Newsweek, October, 18, 1982.

Noble, D. (1979). *America by design: Science, technology and the rise of corporate capitalism*. New York: Oxford University Press.

Postman, N. (1992) *Technopoly: The surrender of culture to technology*. New York: Vintage Books.

Salm, C. (1980). *Escola e trabalho*. São Paulo: Brasiliense.

Wenger, E. (1999) *Communities of practice: learning, meaning and identity*. Cambridge: Cambridge University Press.

Wenger, E.; McDermott & Snyder, W. (2002). *Cultivating communities of practice*. Boston: Harvard Business School Press.

Nota sobre as referências. A relação de obras que podem interessar numa discussão sobre trabalho e educação é bastante ampla; citamos aqui apenas obras de autores com quem o texto dialoga mais diretamente. A literatura apresentada, porém, não é uma sugestão do que professores do ensino médio deveriam considerar em suas reflexões. Essa última circunstância exigiria um levantamento bibliográfico específico.

